



**Ações e omissões do governo federal durante a pandemia:
Fake news, pós-verdade e desinformação no Brasil**
(Actions and omissions of the federal government during the pandemic:
Fake news, post-truth, and disinformation in Brazil)

Maria Clara Passetti¹
Lúcio Willian Mota Siqueira²
Ana Júlia Miranda³

Resumo:

Este artigo analisa as ações e omissões do governo federal brasileiro durante a pandemia de COVID-19, destacando o impacto da disseminação de fake news e da pós-verdade na crise sanitária. A pesquisa demonstra como a desinformação e a politização das diretrizes de saúde pública comprometeram a adesão da população a medidas preventivas, ampliando o descrédito na ciência e agravando os índices de contágio e mortalidade. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e documental de artigos acadêmicos, relatórios institucionais e fontes jornalísticas. Foram analisados estudos indexados, documentos governamentais e reportagens sobre desinformação e gestão da pandemia. A abordagem crítica permitiu compreender o papel das narrativas ideológicas na construção da percepção pública. Os resultados apontam que a desinformação governamental e a fragmentação da comunicação oficial intensificaram a crise. Conclui-se que a regulação das plataformas digitais, a valorização da ciência e a educação midiática são fundamentais para conter os impactos das fake news e fortalecer respostas eficazes a futuras emergências sanitárias.

Este artigo foi elaborado com base nos estudos desenvolvidos durante a Oficina de Fake News, organizada pela Profa. Izabela Zonato Villas Boas, no âmbito do Curso de Direito da Fundação Educacional de Fernandópolis.

¹ Discente do Curso de Direito da Fundação Educacional de Fernandópolis. E-mail: maria.clara.passetti@gmail.com

² Graduado em Serviço Social/ UNESP- Campus de Franca; Mestre e Doutor em Política Social/ Universidade de Brasília (UnB). Docente da Fundação Educacional de Fernandópolis - curso de Direito e Serviço Social e da Universidade de Brasília. E-mail: drLuciowmsiqueira@gmail.com

³ Discente do Curso de Direito da Fundação Educacional de Fernandópolis. E-mail: najumiranda3@icloud.com



Palavras chaves:

Pandemia, fake news, governo federal, saúde pública, pós-verdade.

Abstract:

This article analyzes the actions and omissions of the Brazilian federal government during the COVID-19 pandemic, highlighting the impact of fake news dissemination and post-truth on the health crisis. The research demonstrates how misinformation and the politicization of public health guidelines undermined public adherence to preventive measures, deepened distrust in science, and worsened infection and mortality rates. The methodology employed is qualitative, based on a bibliographic and documentary review of academic articles, institutional reports, and journalistic sources. Indexed studies, government documents, and news reports on misinformation and pandemic management were analyzed. The critical approach allowed for an understanding of the role of ideological narratives in shaping public perception. The findings indicate that government-driven misinformation and fragmented official communication exacerbated the crisis. The study concludes that regulating digital platforms, promoting scientific literacy, and enhancing media education are essential to mitigating the effects of fake news and strengthening effective responses to future health emergencies.

Keywords:

Pandemic, fake news, federal government, public health, post-truth.

TABLE OF CONTENTS

1. Introdução.....	59
2. Pandemia de SARS-CoV-2: Uma análise do posicionamento e medidas tomadas pelo governo federal	60
3. Crise de oxigênio	66
4. Fake news e pós-verdade na era da desinformação	68
5. Considerações finais	74
Referências	75

1. INTRODUÇÃO

O artigo analisa as medidas e posicionamentos do governo brasileiro durante a pandemia de SARS-CoV-2, destacando a ausência de diretrizes nacionais e a comunicação confusa que prevaleceu. A pesquisa enfatiza como o discurso político-ideológico se sobrepôs a informações científicas, resultando na captura da consciência pública e na disseminação de fake news. Argumenta que essa situação gerou uma “pós-verdade”, onde crenças e emoções influenciaram a percepção da realidade, levando à politização da saúde pública.

Outro aspecto fundamental a ser analisado é a politização da pandemia, que transformou a crise sanitária em uma disputa ideológica. O debate sobre a COVID-19 deixou de ser uma questão de saúde pública e passou a ocupar o campo da polarização política, impactando diretamente as ações governamentais. Isso resultou na retirada da função estatal de proteção da população, transferindo ao governo federal o controle exclusivo da implementação e regulamentação das políticas de saúde pública, afetando também a economia, a segurança e o bem-estar coletivo.

A crise sanitária exigiu coordenação nacional e internacional, demandando a articulação entre diferentes órgãos e setores da sociedade. Entretanto, as divergências político-ideológicas e a disseminação de fake news dificultaram essa colaboração. A falta de coesão nas diretrizes federais gerou conflitos entre estados e municípios, prejudicando a tomada de decisões e a implementação de medidas eficazes para conter o avanço da pandemia.

No auge da crise sanitária, houve uma grande demanda por equipamentos médicos, leitos hospitalares, profissionais de saúde, medicamentos e recursos financeiros. No entanto, a falta de coordenação nacional resultou em falhas logísticas graves, evidenciadas na crise do oxigênio na Amazônia, onde pacientes vieram a óbito por falta de suprimentos hospitalares (Fundação Oswaldo Cruz [Fiocruz] 2021). A escassez de sedativos levou à intubação de pacientes conscientes, configurando um grave problema humanitário.

Outro fator relevante foi o papel do governo brasileiro na comunicação pública durante a pandemia. A comunicação eficaz era fundamental para garantir que a população recebesse informações claras sobre prevenção, contágio e diretrizes sanitárias. No entanto, o governo federal adotou uma abordagem difusa e contraditória, divulgando mensagens conflitantes, que dificultaram a compreensão da gravidade da pandemia.

Diante dessa lacuna, veículos de comunicação criaram um consórcio para fornecer informações confiáveis à população, substituindo, em grande medida, o papel informativo que deveria ter sido desempenhado pelo Estado. Esses veículos passaram a divulgar dados atualizados sobre a pandemia, medidas preventivas e orientações científicas, fornecendo um contraponto à desinformação propagada por autoridades governamentais.

O que se evidencia nesse período é a ausência de diretrizes nacionais claras para o combate à pandemia, a disseminação de informações contraditórias, o uso de fake news como ferramenta de manipulação e a conversão da crise sanitária em um embate político-

ideológico. Esse processo transformou questões objetivas de saúde pública em uma narrativa ideológica, dificultando a adoção de medidas racionais e eficazes.

Este artigo tem como objeto de pesquisa as ações do governo federal e a disseminação de fake news. Para tal, partimos da seguinte pergunta: como a disseminação de fake news e a política negacionista do governo federal durante a pandemia da COVID-19 influenciou a adesão da população às medidas sanitárias recomendadas pelos órgãos de saúde? Traçou-se o seguinte objetivo: analisar as ações e omissões do governo federal frente à pandemia da COVID-19, além de discutir o impacto da disseminação de fake news no imaginário social.

Como procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em artigos acadêmicos de plataformas indexadas com alto Qualis CAPES e em plataformas institucionais de governo, como IBGE, Ministério da Saúde e EBC. Foram utilizados os seguintes eixos temáticos: governo federal e COVID-19; diretrizes para o combate à pandemia; mortes por COVID-19 e impacto das fake news na gestão da crise sanitária. Além disso, foram analisadas reportagens de jornais digitais, trazendo dados da realidade vivenciada no país. A abordagem metodológica utilizada foi a análise qualitativa, sob a perspectiva social crítica, permitindo compreender as dinâmicas políticas e discursivas que moldaram a resposta governamental à pandemia.

2. PANDEMIA DE SARS-COV-2: UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO E MEDIDAS TOMADAS PELO GOVERNO FEDERAL

Ao percorrer o trajeto histórico da pandemia no Brasil, este artigo parte de uma análise das medidas adotadas pelo governo federal, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, estabelecendo, ao mesmo tempo, um enfoque comparativo com as diretrizes recomendadas por organismos internacionais no combate à pandemia, tais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

A princípio, e como será debatido ao longo do texto, destaca-se a posição do governo brasileiro em desacordo com as diretrizes da OMS, não apenas como um afastamento técnico-científico, mas como estratégia de fortalecimento de seu discurso político, ampliando suas bases de apoio para a consolidação do projeto governamental. Observa-se, assim, um distanciamento dos posicionamentos internacionais e a adoção de um caminho contrário, seja por meio da implementação de medidas antagônicas às recomendações científicas, seja pela omissão na adoção de ações essenciais para a proteção e prevenção da população.

É importante ressaltar que, ao abordar a pós-verdade, este artigo busca estabelecer uma conexão com os elementos da pós-modernidade, ou seja, com a redefinição da percepção de mundo e da dinâmica concreta da realidade a partir da subjetividade dos sujeitos. Esse fenômeno reflete a fragmentação do real e o reencontro das ciências com o senso comum, desestruturando a distinção entre conhecimento científico e interpretações individuais. Conforme Bakhtin (1997, p. 357),

Mesmo a palavra que sabemos, de antemão, ser falsa, não é falsa de um modo absoluto e sempre pressupõe uma instância que a compreenderá e a justificará, ainda que seja da seguinte forma: ‘qualquer um, no meu lugar, teria mentido’. K. Marx dizia que, somente ao ser enunciado na palavra, um pensamento torna-se real para o outro e, portanto, para si mesmo. Mas esse outro não é unicamente o outro no imediato (destinatário, segundo). Em sua busca de uma compreensão responsiva, a palavra sempre vai mais longe. O fato de ser ouvido, por si só, estabelece uma relação dialógica. A palavra quer ser ouvida, compreendida, respondida e quer, por sua vez, responder à resposta, e assim *ad infinitum*.

Dessa forma, a expansão do senso comum como mediador da compreensão das relações sociais gera um processo de captura da consciência coletiva, resultando em um desequilíbrio entre a subjetividade do ser (abstrato) e a objetividade do real (concreto), se relacionando ao conceito de pós-verdade e, relacionando-se, à forma como os discursos políticos podem, muitas vezes, moldar a percepção da realidade por meio da repetição e da criação de um consenso social. Nesse contexto, o subjetivo se sobrepõe, tornando-se o referencial de interpretação do mundo real. Esse fenômeno constrói uma consciência moldada pelo pensamento hegemônico, inserida em uma esfera de alienação intencional, que não se ancora na objetividade dos fatos concretos, mas na emoção e na construção de narrativas superficiais sobre a realidade. Assim, o entendimento dos fenômenos se dá por uma ótica efêmera e fragmentada, conduzindo a uma análise rasa e desprovida de criticidade.

É nesse cenário de captura do imaginário social e predomínio da subjetividade na interpretação da realidade que se estabelece a disputa ideológica durante a pandemia da COVID-19. A chamada pós-verdade estruturou o discurso oficial do governo federal e legitimou as medidas adotadas, justificando-as como adequadas e suficientes para a manutenção do progresso econômico. Em outras palavras, elementos abstratos e subjetivos passaram a ser utilizados como referência para a concepção do mundo real, criando a ilusão de um dado irrefutável, que se sobrepõe ao conhecimento científico.

Dentro dessa concepção de realidade, a ausência do Estado como ente protetor foi normalizada, promovendo a polarização extrema entre grupos sociais. As disputas de narrativa e a negação das metanarrativas conduziram grande parte da população à aceitação da omissão governamental, na medida em que a linguagem do governo foi interpretada como linguagem de Estado. Esse processo permitiu que orientações científicas emitidas por organismos como a OMS, incluindo medidas preventivas, isolamento social e uso de máscaras, fossem sistematicamente rejeitadas. Dessa forma, as evidências científicas foram desacreditadas e substituídas pelo excesso de senso comum, um fenômeno característico da pós-modernidade.

Observa-se, portanto, que a inação governamental, ou a ausência deliberada da condução estatal, fundamentada em um pensamento ultraconservador e negacionista, gerou um conflito social profundo, no qual a negação da realidade se impôs sobre os fatos concretos. Esse modelo de sociabilidade produziu uma catástrofe, pois, ao capturar as consciências em prol de um projeto político-ideológico-cultural, as massas passaram a defender interesses alheios às suas reais necessidades e aspirações.

Novas estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que o número total de mortes associadas direta ou indiretamente à pandemia de

COVID-19 (descrito como ‘excesso de mortalidade’) entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 foi de aproximadamente 14,9 milhões (intervalo de 13,3 milhões a 16,6 milhões). (Sandenberg e Buogo 2022)

Os dados apresentados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) evidenciam a necessidade de diretrizes e orientações objetivas para a promoção e recuperação da saúde durante a pandemia. Certamente, nem todas as mortes ocorreram por falta de cuidados e medidas preventivas, contudo, as disputas ideológicas e políticas, que capturaram o imaginário social e moldaram comportamentos coletivos, contribuíram para o aumento dos óbitos e das contaminações. A criação de um arcabouço de “pós-verdades”, que negavam a ciência, desempenhou um papel fundamental na propagação do vírus e na resistência às recomendações sanitárias.

Cabe ressaltar que o posicionamento do Presidente da República diante da realidade pandêmica, dos dados epidemiológicos e das condições hospitalares baseou-se no negacionismo, na construção de uma linguagem confusa e na tentativa de transmitir uma sensação de normalidade. Desde a notificação do primeiro caso, em 25 de fevereiro de 2020, o presidente adotou uma postura avessa ao papel de um representante de Estado, agindo de forma pouco republicana. Reiteradamente, proferiu discursos, tanto falados quanto escritos em redes sociais, que minavam as orientações de organismos de saúde nacionais e internacionais, criando um clima de tranquilidade artificial. Ignorando os dados oficiais, difundiu e compartilhou fake news sobre as medidas preventivas adotadas, contribuindo para a desinformação da população.

Algumas declarações proferidas por ele exemplificam essa postura. Quando questionado sobre o número de mortos, minimizou a gravidade da situação, declarando: “Não sou coveiro, tá?” (Redação Estadão 2021). Em outra ocasião, afirmou: “Eu tive a melhor vacina: o vírus”, insinuando que a infecção natural seria um método de imunização superior às vacinas desenvolvidas pela ciência. Essas falas, ditas em meio à crise sanitária que vitimava milhares de pessoas, foram amplamente disseminadas e, na maioria das vezes, proferidas durante grandes aglomerações políticas realizadas pelo país.

No início da pandemia, o Ministério da Saúde estava sob a condução do então ministro Luiz Henrique Mandetta, médico especializado na área da saúde pública e com carreira política. Durante sua gestão, considerou a diversidade do território nacional, adotou as medidas propostas por organismos internacionais de saúde e buscou estabelecer diretrizes nacionais a serem seguidas, cumprindo, assim, o papel da União, por meio do Ministério da Saúde, de planejar, formular e conduzir a política nacional de saúde. (Calil 2021)

Uma das primeiras decisões tomadas pelo ministro e sua equipe para conter a propagação do vírus foi o cancelamento de viagens e cruzeiros turísticos no país. Segundo o então secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Wanderson Kleber de Oliveira, “os cruzeiros são ambientes de confinamento, com muita proximidade entre os turistas, e muitos deles são internacionais” (G1 Globo 2020b), o que aumentava o risco de disseminação da doença.

Logo após essa decisão, tornou-se evidente o negacionismo do Presidente da República, que publicamente discordou e desautorizou o ministro, enfraquecendo as ações do Ministério da Saúde. Esse embate entre o Ministério da Saúde e a Presidência da República

manteve-se até 16 de abril de 2020, quando Luiz Henrique Mandetta anunciou sua saída do cargo. Em seu pronunciamento, ressaltou os desafios enfrentados e as divergências internas, que impediram a execução eficaz das medidas sanitárias recomendadas (Valente 2020).

Só trabalho com a academia, só trabalho com a ciência. Existem pessoas que trabalham com critérios políticos, que são importantes também, deixem que eles trabalhem. Não me ofendem em nada. Eu trabalho com foco, disciplina ciência”, disse Mandetta ao ser questionado por jornalistas sobre o encontro, durante coletiva de imprensa no Palácio do Planalto. (Lindner 2020)

Esse conflito evidenciou a existência de duas linhas de pensamento distintas durante o início da pandemia. Ficou claro que a Presidência da República estava criando uma “verdade” por meio da linguagem e do posicionamento contrário à ciência, aprofundando o processo de alienação dos indivíduos e consolidando, no Brasil, um modelo neoconservador que captura o campo dos desejos e molda a subjetividade dos sujeitos. Essa estratégia, empregada nos meios digitais de massa, potencializa comportamentos coletivos, fomentando a criação de nichos sociais enrijecidos e acrílicos.

A gente tem visto mundo afora vários outros governantes obscurantistas, mas nenhum deles – nem o [Donald] Trump nem os da Hungria, por exemplo – manteve essa radicalidade na negação da gravidade e na sabotagem das medidas de saúde pública como o Bolsonaro. (Sampaio 2020)

Enquanto grande parte dos países do globo adotaram medidas rigorosas para conter a pandemia, como fechamento de fronteiras, testagem em massa, lockdown para reduzir a propagação do vírus, programas sociais de ajuda financeira, subsídios ao trabalho e modernização dos equipamentos de saúde, no Brasil, o Presidente da República priorizou o tensionamento político. Dessa forma, desqualificou as recomendações da OMS e da ANVISA, além de contrariar medidas adotadas por governadores que se distanciavam de seu ideário político. Instigou a população a sair às ruas e promover aglomerações, ignorando diretrizes sanitárias essenciais para o controle da pandemia (Sandes 2020).

O presidente Jair Bolsonaro passou maior parte dos compromissos sem máscara e provocou aglomerações... Ele ficou sem a proteção ao longo de toda a agenda em sete a cada dez eventos, ou 73% dos casos, viajou a 76 cidades do país e provocou 99 aglomerações. (Coconi *et al.* 2021)

As manifestações do Presidente tiveram papel decisivo na influência sobre grande parte de seus seguidores, além de aproximar sujeitos que já desacreditavam dos efeitos deletérios da COVID-19. Esse movimento, aliado à pouca atuação do Ministério da Saúde, resultou em uma guerra de informações e disputas de posições na sociedade brasileira. Ainda que órgãos oficiais de Estado e o próprio Ministério da Saúde fizessem pontuações sobre a gravidade da pandemia, essas orientações se diluíam nas disputas ideológicas, deixando de se consolidar como diretrizes específicas e efetivas. Assim, as manifestações públicas do Presidente e de seus aliados ganharam força e passaram a ser interpretadas como verdades, sobrepondo-se às recomendações científicas.

Sempre que questionado sobre o uso de máscaras, o Presidente minimizava o potencial de mortalidade da COVID-19, referindo-se à doença como “gripezinha” ou afirmando que

“todo mundo vai pegar”, defendendo, assim, a contaminação em massa como estratégia para a criação da chamada “imunidade de rebanho”. A defesa dessa imunidade coletiva, desconsiderando as variáveis sociais, as desigualdades no acesso aos serviços de saúde e o potencial devastador da infecção viral, resultou em um cenário de tragédia. A ausência de proteção social, causada pela omissão do governo e pelo desmonte da política pública de saúde, gerou um vazio informativo, permitindo que o senso comum prevalecesse sobre as evidências científicas. Esse contexto abriu espaço para a adoção de tratamentos alternativos e medicamentos sem comprovação científica.

Um exemplo notório dessa estratégia foi a criação do “kit COVID”, um conjunto de medicamentos promovido pelo governo e seus aliados sob o argumento de que poderia prevenir a infecção e atenuar os sintomas. No entanto, essa defesa do kit COVID, composto por cloroquina, ivermectina e vitamina C, representou a sobreposição da subjetividade do senso comum sobre o conhecimento científico, criando um consenso social artificial para justificar o projeto político do governo.

É importante destacar que o uso da ideologia como ferramenta de captura das consciências e das subjetividades não é um fenômeno novo. Esse mecanismo é historicamente utilizado pelas classes dominantes, tanto no campo político quanto econômico, para induzir as classes subalternas, especialmente aquelas com menor acesso à educação formal, a defenderem um projeto que não corresponde aos seus interesses reais. Nesse contexto, a teórica Ana Elisabete Mota denomina essa estratégia como “cultura da crise”, caracterizando-a como um processo contínuo de criação de instabilidade, que permite o controle das massas e a perpetuação da exploração social.

Somente em 2023, diversos documentos com sigilo derrubado revelaram relatórios formulados por agentes da inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República. Esses documentos indicavam, de maneira categórica, que o distanciamento social e a vacinação eram as formas mais eficazes de combate à pandemia e representavam estratégias fundamentais para o controle da doença.

Além disso, os relatórios desaconselhavam o uso de cloroquina e hidroxicloroquina e já alertavam para o risco iminente de colapso do sistema de saúde. Nesse mesmo período, os documentos apontavam pelo menos oito mensagens e alertas emitidos nos primeiros meses da pandemia, desaconselhando o uso da cloroquina (Ministério da Saúde 2020b).

O relatório entregue ao Comitê da Casa Civil reforçava essa posição, evidenciando a discrepância entre as recomendações técnicas dos órgãos de inteligência e as diretrizes publicamente adotadas pelo governo federal.

Estudos recentes realizados em pacientes com COVID-19 que usaram esses medicamentos identificaram distúrbios graves do ritmo cardíaco, em alguns casos fatais, particularmente se utilizados em dosagens altas ou em associação com o antibiótico azitromicina. (Vargas 2023)

Mesmo após os alertas oficiais emitidos por órgãos e instituições de inteligência e segurança desaconselhando a indicação e a utilização da cloroquina, o Presidente da República, em conjunto com o Ministério da Saúde e demais lideranças governamentais, utilizou o aparato

público para incentivar a produção e distribuição do medicamento. Como exemplo, destaca-se o Laboratório do Exército, que foi mobilizado para a fabricação do fármaco, além do uso do corpo diplomático nacional para viabilizar o recebimento de doações internacionais da substância. Como consequência, houve um acúmulo de estoques não utilizados durante e após o período crítico da pandemia, resultando em prejuízos financeiros e desperdício de recursos públicos.

A sociabilidade contemporânea se reproduz a partir de estímulos diversos, seja no campo do consumo, da busca por pertencimento, da ascensão social ou da construção de posicionamentos ideológicos. Entretanto, a realidade brasileira, aliada ao sistema de seguridade e proteção social, não permite que os trabalhadores se ausentem do trabalho em momentos de urgência sanitária sem graves impactos econômicos.

Nesse contexto, as elites dominantes disseminam a “cultura da crise” como um mecanismo de controle social, capturando o imaginário coletivo e naturalizando o discurso de que todos estão igualmente suscetíveis aos impactos da crise. Essa narrativa, frequentemente reproduzida por lideranças políticas e reforçada pelo mandatário do país, transforma-se em “verdade”, levando os trabalhadores mais pobres a acreditarem que os efeitos econômicos da pandemia seriam mais devastadores do que a própria doença.

A cultura da crise ganha ainda mais força em um cenário de desemprego estrutural e precarização do trabalho, afetando diretamente milhares de trabalhadores inseridos em empregos temporários, rotativos e mal remunerados, especialmente no setor de serviços – um dos mais impactados pelas medidas de distanciamento social. Cabe ressaltar que a ausência de ações governamentais imediatas e a demora na adoção de medidas de suporte econômico levaram pequenos comerciantes e microempreendedores a demitirem funcionários, a fim de reduzir despesas e evitar o fechamento de seus negócios. A falta de um primeiro momento de apoio financeiro efetivo por parte do governo federal agravou a crise e impulsionou o aumento do desemprego. O Brasil já enfrentava um crescente significativo no índice de desocupação, e, ao final da pandemia, aproximadamente 14 milhões de pessoas estavam desempregadas, registrando uma taxa de desocupação de 14,2% – o maior percentual da série histórica medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Barros 2020).

Embora a mídia tenha desempenhado um papel relevante na disseminação de informações diárias sobre a pandemia, contando com especialistas na área da saúde para orientar a população, o alinhamento do governo federal a um projeto econômico de viés neoconservador e negacionista resultou na omissão do Estado. Essa postura gerou descoordenação entre os entes federativos, desinformação generalizada e propagação de fake news, contaminando a sociabilidade e capturando as consciências coletivas. Nesse cenário, a função protetiva do Estado ficou subsumida aos interesses do governo, reforçando a instabilidade social e institucional durante a crise sanitária. Ainda após esses alertas oficiais de órgãos e instituições de inteligência e segurança do governo federal desaconselhar a indicação e a utilização o Presidente da República junto ao Ministério da Saúde e demais lideranças governamentais utilizaram do aparato público, à exemplo do Laboratório do Exército para produção do fármaco, ademais, utilizou do corpo diplomático nacional para mobilizar o recebimento de doações internacionais do medicamento, o que acarretou um estoque encalhado durante e o pós-período crítico da pandemia.

A sociabilidade contemporânea se reproduz a partir de estímulos, seja de consumo, de pertencimento, de ascensão de classes e/ou de posicionamento frente ao mundo ideologizado, alienado e subsumido ao poder econômico. A realidade brasileira e a constituição do sistema de seguridade social e de proteção social não permitem que os trabalhadores possam em momentos de urgência sanitária se ausentar do trabalho, ademais, as elites dominantes espriam a cultura da crise como elemento de captura do imaginário social a ponto de afirmar que todos estão suscetíveis à crise e, portanto, é necessário sacrifício coletivo. Fato é que, este discurso da elite dominante não encontra substrato na realidade objetiva, mas, como ideia norteadora e disseminada diariamente pelo mandatário do país se torna “verdade” e, portanto, os trabalhadores pobres acreditam que os efeitos econômicos são mais danosos que o vírus.

3. CRISE DE OXIGÊNIO

Durante uma crise de oxigênio, é essencial que as autoridades competentes ajam rapidamente para mitigar os impactos da escassez e garantir o abastecimento adequado. As medidas emergenciais podem incluir o aumento da produção e distribuição de oxigênio, a otimização da logística de transporte de suprimentos extras de outras regiões, a coordenação entre instituições médicas para compartilhamento de recursos, a importação de oxigênio de outros países e o estabelecimento de hospitais de campanha para atender pacientes com quadros menos graves, liberando, assim, capacidade nos hospitais principais. Essas ações devem ser coordenadas e guiadas por diretrizes do Ministério da Saúde, órgão responsável por comandar as ações de resposta em nível macro.

Como mencionado anteriormente, o período pandêmico exigiu do governo e do Estado uma grande mobilização de recursos humanos e financeiros, tanto para suprir as demandas da saúde quanto para garantir a assistência social à população. A expressão máxima do descompasso entre o Estado/governo e a realidade vivenciada pela população se deu na grave crise de oxigênio ocorrida na região da Amazônia.

A crise de oxigênio teve início na cidade de Manaus, onde mais de 60 pessoas perderam suas vidas e mais de 500 pacientes tiveram de ser transferidos para outras unidades de saúde (Gazel e Cruz 2022). No entanto, essa tragédia não foi amenizada pela rapidez das ações públicas estatais, mas sim pela mobilização da sociedade civil, que, por meio de doações de cilindros de oxigênio feitas por influenciadores digitais, cantores, artistas e membros da comunidade, buscou suprir a grave escassez do insumo essencial.

De acordo com uma notícia publicada pela CNN Brasil (Luiz 2021), diversas figuras públicas iniciaram campanhas nacionais em suas redes sociais para arrecadar doações de cilindros de oxigênio para atender à população amazonense. Entre os artistas e influenciadores que se destacaram nessa iniciativa estão Whindersson Nunes, Marcelo Adnet, Marília Mendonça, Gustavo Lima, entre outros (Gazel e Cruz 2022). Esse momento de comoção nacional gerou uma forte pressão política e social, exigindo explicações e ações mais ágeis por parte das autoridades federais e estaduais. A crise expôs incongruências no diálogo e na logística do Ministério da Saúde no enfrentamento da pandemia e no suporte a estados e municípios. Assim, a crise do oxigênio no Amazonas evidenciou um abismo organizacional, técnico-científico e intelectual na gestão da saúde pública, além da ausência de comando e diretrizes claras por parte do governo federal.

A gravidade da situação ficou ainda mais evidente com a criação da ONG SOS Amazônia, que foi mobilizada para transportar e adquirir cilindros de oxigênio, obtendo grande sucesso na arrecadação de recursos e suprimentos. No entanto, alguns meses depois, um dos membros da ONG foi preso por desvio de cilindros de oxigênio, conforme reportagem publicada pela Revista UOL:

‘Ele se infiltrou numa organização sem fins lucrativos que distribui oxigênio às pessoas que mais precisavam nas estruturas hospitalares e lá de dentro começou a desviar oxigênio e revender a preços superfaturados, lucrando com a desgraça dos outros’, explicou a delegada Emília Ferraz. (UOL 2021)

O que agravou ainda mais a situação daqueles que necessitavam urgentemente de oxigênio foi a afirmação do governo de que havia enviado as quantidades necessárias para o Estado do Amazonas e para a cidade de Manaus. No entanto, não se sabe ao certo o destino desses cilindros.

Diante do risco iminente à vida da população amazonense, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a abertura de um inquérito policial para investigar possíveis condutas criminosas do então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, com o objetivo de averiguar o que de fato estava ocorrendo e apurar responsabilidades (Supremo Tribunal Federal – STF – 2021). No entanto, não apenas o Ministro da Saúde foi alvo de investigação. De acordo com o portal do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o governador do Amazonas, Wilson Lima, também foi investigado, denunciado e tornado réu. Segundo as investigações em curso, o prejuízo causado aos cofres públicos pode ter ultrapassado R\$ 2 milhões.

O Superior Tribunal de Justiça recebeu, em 20 de setembro de 2021, a denúncia contra o governo do Amazonas, na qual consta que foram adquiridos 28 respiradores a um valor muito acima da média de mercado – R\$ 100 mil por unidade, enquanto o custo médio era de R\$ 17 mil. Além disso, foram identificadas irregularidades na condução do processo de compra e na emissão de pareceres que justificaram a dispensa de licitação. Apesar das investigações conduzidas pelo STF e pelo STJ, ainda não há conclusões precisas sobre se o governo federal realmente enviou a quantidade necessária de cilindros de oxigênio para as regiões em crise (STF 2021).

Como consequência, ocorreram diversas mortes. Em Manaus, o número de óbitos quadruplicou entre o início da pandemia e 2020, quando teve início a crise de oxigênio. Além disso, muitos óbitos não foram registrados como decorrentes da COVID-19. O Jornal Nacional veiculou uma reportagem sobre Carlos dos Santos Filho, que relatou: “hoje nós estamos sepultando nosso pai, seu Carlos. Morreu com síndrome respiratória aguda, tinha 53 anos” (G1 Globo 2020a). Posteriormente, ficou comprovado que a causa da morte foi COVID-19, porém, na certidão de óbito, constava apenas “síndrome respiratória aguda”.

Diante do colapso do sistema funerário, Manaus precisou utilizar escavadeiras para abrir covas rapidamente. A média diária de enterros chegou a 30, mas esse número continuou a crescer exponencialmente. O Jornal Nacional também noticiou a crise e as dificuldades enfrentadas pela cidade.

Uma semana depois, o recorde: 142 mortes. Em três semanas, de 8 a 28 de abril, morreram 1.966 pessoas. Antes da pandemia, morriam, em média, 630 pessoas em três semanas. Ou seja, há um excedente de 1.336 mortes, mas apenas 151 foram atribuídas oficialmente à COVID-19. A subnotificação pode estar próxima de 1.185, e a maior parte das mortes foi registrada como síndrome respiratória, causa indeterminada, ou em casa. O Amazonas registra oficialmente 4.801 casos e 380 mortes por COVID-19. (G1 Globo 2020a)

Esse cenário desesperador, em que os mortos estavam sendo sepultados em valas comuns sem a presença de familiares, o congestionamento de funerárias e cemitérios, a crise funerária e as orientações confusas, demonstra o desprezo pela condição humana (Agência Estado 2020). O episódio fez com que Manaus se tornasse a cidade com o maior número de mortos em um curto período de tempo. Esse número continuou a aumentar progressivamente, enquanto os pacientes internados nos hospitais agravavam seus quadros clínicos e havia uma necessidade urgente de cilindros de oxigênio, que não chegaram a tempo.

Cabe ressaltar que a crise de oxigênio ocorrida no Estado do Amazonas não foi uma surpresa ou um caso fortuito. Como demonstraram documentos posteriores disponibilizados por órgãos oficiais do Estado e, também, debatidos e analisados pelo Senado Federal, foram emitidos alertas por meio de relatórios do setor de inteligência em saúde do Ministério da Saúde. Esses relatórios, encaminhados à Casa Civil e ao Gabinete da Presidência da República, apontavam para um possível colapso do fornecimento de oxigênio no Amazonas, além da possibilidade de esse evento se repetir em outras regiões do país.

Os alertas sobre a crise de oxigênio foram repassados ao Presidente da República e ao Ministério da Saúde já em janeiro de 2020. No entanto, a gestão federal ignorou e subestimou as advertências sobre a falta de oxigênio, agravando a crise. Essas informações foram recentemente tornadas públicas pelo Estado Brasileiro, uma vez que estavam sob sigilo. Ao todo, foram revelados 1.100 arquivos (Gazel e Cruz 2022).

4. FAKE NEWS E PÓS-VERDADE NA ERA DA DESINFORMAÇÃO

A pandemia da COVID-19 revelou o impacto da desinformação na sociedade contemporânea, especialmente no contexto político e sanitário no mundo. A ascensão da pós-verdade, definida pelo Dicionário Oxford (2016) como um ambiente em que “os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crenças pessoais”, tem possibilitado a proliferação de fake news e enfraquecido a confiança da população nas instituições científicas. O Brasil exemplificou esse fenômeno, onde discursos políticos negacionistas do ex-presidente Bolsonaro e seu grupo político, comprometeram a adoção de medidas preventivas e impulsionaram a disseminação de narrativas falsas sobre tratamentos ineficazes, como a cloroquina (Oliveira e Almeida 2021).

A desinformação, quando aliada a um discurso político estruturado, não apenas compromete a resposta institucional a crises sanitárias, mas também influencia a percepção coletiva da realidade. Allcott e Gentzkow (2017) destacam que as redes sociais

desempenham um papel fundamental na propagação de fake news, pois permitem que “o conteúdo seja compartilhado entre usuários sem filtragem significativa de terceiros, checagem de fatos ou julgamento editorial” (p. 213). Esse cenário favorece a disseminação de informações falsas, que rapidamente ganham tração e legitimidade dentro de bolhas informacionais e redes de apoio ideológico, ou seja, uma ferramenta de alcance rápido que encurta as distâncias e o tempo.

Para isso, Bakhtin (2003) destaca o caráter dialógico da linguagem e sua capacidade de moldar o imaginário social. A hipótese central do autor consiste dizer que a estrutura discursiva adotada por figuras políticas pode capturar a consciência coletiva, transformando narrativas sem embasamento científico em “verdades” sociais. A pós-verdade emerge como um fenômeno discursivo que altera a forma como a realidade é interpretada e internalizada pelos indivíduos.

Segundo Bakhtin (2003), a palavra nunca é neutra: “todo membro de uma coletividade falante se depara com a palavra não como um elemento natural da língua, livre de aspirações e valorações alheias, mas sim a recebe por meio da voz do outro, impregnada dessa voz” (p. 295). Esse caráter dialógico da linguagem explica como discursos políticos estruturados podem manipular a percepção social e transformar informações falsas em verdades hegemônicas.

No caso da pandemia da COVID-19 no Brasil, observou-se que discursos governamentais negacionistas não apenas disseminaram informações falsas, mas também capturaram o imaginário social de parte da população. O ex-presidente brasileiro, ao minimizar a gravidade do vírus e promover tratamentos sem comprovação científica, contribuiu para a descredibilização das diretrizes sanitárias oficiais. Esse fenômeno reforçou o que Gallhardi *et al.* (2020) descrevem como “a inquietante perda de confiança em instituições antes reconhecidas por garantir a verdade dos fatos: a imprensa, a ciência e os órgãos de saúde pública” (p. 4203).

Além disso, a estrutura algorítmica das redes sociais intensificou esse fenômeno. Como apontam Santos (2018), “a fragmentação das fontes noticiosas criou um mundo atomizado em que mentiras, rumores e fofocas se espalham numa velocidade alarmante” (p. 1). Essas engrenagens contribuem para a formação e manutenção de bolhas informacionais, nas quais os indivíduos são expostos apenas a conteúdos que reforçam suas crenças pré-existentes e reforçando suas individualidades, tornando-os mais resistentes ao acesso da verdade e correção da desinformação.

O conceito de fake news não se refere apenas à disseminação de informações falsas, mas também à criação de narrativas estruturadas para sustentar agendas ideológicas específicas. Allcott e Gentzkow (2017) definem fake news como “artigos de notícias que são intencionalmente e verificavelmente falsos e que podem enganar os leitores” (p. 214). No contexto da pandemia, esse tipo de conteúdo foi amplamente utilizado para enfraquecer a confiança na ciência e promover um modelo de gestão baseado na desinformação e no apelo emocional. A instrumentalização da desinformação pelo discurso político segue uma lógica bem estabelecida dentro da estrutura da pós-verdade.

Segundo Bakhtin (1997, p. 357), “a palavra quer ser ouvida, compreendida, respondida e quer, por sua vez, responder à resposta, e assim ad infinitum”. Esse ciclo explica como

narrativas negacionistas, mesmo após serem refutadas cientificamente, continuam a circular e a influenciar o comportamento social. No Brasil, esse fenômeno foi evidenciado pela rejeição da vacina contra a COVID-19 por grupos que aderiram a teorias conspiratórias promovidas por figuras políticas e influenciadores digitais.

A normalização do discurso anticientífico tem implicações profundas para a governança e a formulação de políticas públicas. A crise de confiança nas instituições de pesquisa e nas agências de saúde pública não apenas compromete a adesão a medidas sanitárias, mas também dificulta futuras respostas a crises epidemiológicas. Para Ferrari (2017), “o aumento do acesso à internet e às redes sociais criou um cenário onde qualquer indivíduo pode produzir e disseminar informações, sem necessariamente obedecer a critérios éticos e jornalísticos” (p. 4).

Neste sentido, o ex-presidente Jair Bolsonaro conduziu parte da sociedade a debates acrílicos e desprovidos de embasamento científico, uma vez que sua figura política influente amplificou a disseminação de informações sem comprovação científica sobre prevenção e tratamento da COVID-19. Ao instrumentalizar a estrutura estatal para difundir posicionamentos ideológicos em detrimento de diretrizes oficiais de saúde pública, o governo contribuiu para a crença em falsas narrativas, resultando na adesão da população a tratamentos ineficazes e na consequente perda de milhares de vidas. Esse fenômeno, amplificado em países liderados por políticos alinhados à extrema-direita, reforçou a dinâmica da pós-verdade, onde emoções e crenças ideológicas se sobrepõem aos fatos concretos. Esse processo de distorção da realidade fortaleceu a “semiologização da realidade”, na qual narrativas fantasiosas e descoladas dos fatos objetivos passaram a moldar a percepção coletiva, comprometendo a resposta racional e baseada na ciência durante a crise sanitária.

Durante a pandemia de COVID-19, houve uma disseminação significativa de desinformação e fake news em diversas plataformas e canais de comunicação. As redes sociais desempenharam um papel central na disseminação de fake news durante a pandemia. Plataformas como Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp, entre outras, foram utilizadas para compartilhar informações não verificadas ou falsas sobre a origem do vírus, tratamentos, medidas preventivas, entre outros temas. Essas informações, muitas vezes, se espalhavam rapidamente devido à natureza viral das redes sociais e à falta de verificação dos fatos.

No entanto, as redes sociais não foram as únicas responsáveis pela disseminação das teorias da conspiração durante a pandemia. Essas teorias afirmavam que o vírus seria parte de um plano de controle global, que a vacina continha microchips de rastreamento, entre outras alegações infundadas. Essas ideias foram amplamente compartilhadas em fóruns online, grupos de redes sociais e até mesmo por algumas figuras públicas, o que contribuiu para a amplificação da desinformação (Projeto Comprova 2020).

É importante ressaltar que muitas plataformas e organizações adotaram medidas para combater a desinformação durante a pandemia, implementando políticas de verificação de fatos, rotulagem de conteúdo duvidoso e remoção de informações falsas (Agência Senado 2021). No entanto, a disseminação de fake news continua sendo um desafio, o que reforça a importância da alfabetização midiática, da regulamentação da internet e do uso de fontes

confiáveis para obtenção de informações durante crises de saúde pública ou informacionais.

A mudança contemporânea no contato das massas com a informação por meio da internet e das redes sociais possibilitou maior velocidade na difusão de dados e, conseqüentemente, na propagação da desinformação (fake news), sem que grande parcela da sociedade realizasse questionamentos críticos. Isso ocorre porque o conteúdo que chega ao usuário é filtrado por algoritmos que criam nichos e bombardeiam as pessoas com notícias padronizadas, obedecendo a um perfil pré-determinado.

Atualmente, ainda não há certeza sobre a origem da disseminação do vírus SARS-CoV-2. No entanto, uma parcela significativa da população acredita cegamente que o vírus foi criado pela China, sob o argumento de que seria uma estratégia de um governo comunista para estabelecer uma “nova ordem global”. Essa ideia foi amplamente propagada em rede pública e reforçada por representantes do Estado brasileiro. Como exemplo, o mandatário do período classificou a vacina produzida em parceria entre o Instituto Butantan e a empresa chinesa Sinovac como “a vacina chinesa”, além de disseminar afirmações como “quem tomasse teria um chip implantado”, “a vacina transmitia HIV” e “as pessoas virariam jacaré” (Jucà 2020).

A era da pós-verdade se caracteriza pela primazia das emoções e crenças individuais sobre os fatos objetivos, influenciando a forma como a sociedade compreende a realidade. A pós-verdade, deste modo, se refere a um contexto em que os fatos concretos perdem relevância diante de apelos emocionais, o que molda novas dinâmicas sociais e políticas. Esse fenômeno se intensificou com o avanço da Revolução Informacional, que potencializou a disseminação de conteúdos na sociedade digital, tornando as narrativas mais persuasivas do que a própria verdade factual. Assim, a confiança em instituições que tradicionalmente garantiam a veracidade das informações, como a imprensa e a ciência, tem sido progressivamente enfraquecida.

As fake news surgem como um dos principais produtos da pós-verdade, visto que exploram a credibilidade da informação para disseminar conteúdos manipulados, com o objetivo de influenciar a opinião pública. De acordo com Santos (2018), a fragmentação das fontes noticiosas gerou um ambiente em que rumores e mentiras se propagam com rapidez alarmante, tornando-se ferramentas estratégicas em disputas políticas e sociais. A facilidade com que essas informações são compartilhadas nas redes digitais, aliada ao viés de confirmação dos usuários, intensifica a polarização e dificulta a distinção entre o que é verdadeiro e falso.

Diante desse cenário, torna-se essencial desenvolver estratégias para combater a disseminação de fake news e fortalecer a análise crítica da informação. Iniciativas como as agências de checagem de fatos e a educação midiática desempenham papel fundamental na criação de mecanismos para verificar a veracidade das informações e conscientizar a população sobre os perigos da desinformação. Dessa forma, enfrentar a era da pós-verdade exige um esforço coletivo para restaurar a valorização da verdade e mitigar os impactos negativos das notícias falsas na sociedade.

A pós-verdade está tão presente na sociabilidade atual que diversas pessoas foram assassinadas por indivíduos alienados, que fizeram justiça com as próprias mãos, ignorando

o aparato investigativo da justiça. Outros cometeram homicídios motivados por crenças em fatos que não possuem qualquer comprovação científica ou factual. Vejamos: “Minha mãe foi espancada até a morte e a minha família foi destruída. Por conta de uma *fake news*, minha mãe foi confundida na rua, dizendo que ela era sequestradora de crianças. Ela deveria estar aqui, ter conhecido a minha filha” (Presidência da República 2023).

Esse depoimento é da jovem Yasmin de Jesus, 21 anos. Sua mãe foi vítima de uma notícia falsa postada em maio de 2014 no Facebook, o que levou algumas pessoas a confundi-la com outra mulher e assassiná-la. O discurso de ódio está diretamente associado às *fake news*. Trata-se de um processo que legitima e socialmente aceita emoções humanas, justificando ações extremas. Isso comprova o quanto as pessoas, de fato, estão se tornando reféns da internet. Uma notícia divulgada em poucos minutos pode rapidamente se tornar uma verdade absoluta para parte da sociedade, levando à morte pessoas inocentes.

A *fake news* que mais se tornou uma pós-verdade durante o período pandêmico, causando diversos danos, foi a falsa informação sobre o uso da cloroquina e hidroxicloroquina. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) chegou a se pronunciar oficialmente sobre o assunto, informando que não recomendava o uso de nenhum medicamento até que houvesse comprovação laboratorial (Presidência da República 2023).

Entretanto, o Presidente da República começou a incentivar o uso desses medicamentos sem comprovação científica e montou o chamado “kit COVID”, uma espécie de coquetel de remédios (Pontes 2023). Esse discurso teve início em 9 de junho de 2020, quando ele afirmou com convicção que o tratamento era completamente eficaz. Como consequência, seus seguidores fizeram uma corrida às farmácias, o que gerou uma grande escassez do medicamento. Diversas pessoas que dependiam desse fármaco para tratamentos contínuos de doenças como lúpus eritematoso sistêmico, lúpus cutâneo e artrite reumatoide, entre outras, ficaram por longos períodos sem medicação (Ministério da Saúde 2020a).

Além disso, a grande mídia publicava diariamente estudos que comprovavam que o uso de doses elevadas de cloroquina poderia causar danos à visão e infarto, podendo levar ao óbito. Em Manaus, a população indígena ficou sem medicamentos para o tratamento da malária nos Distritos Sanitários Indígenas, obrigando as agências de saúde a adotarem medidas alternativas para tentar tratar os pacientes (Ribeiro 2022).

A falta de hidroxicloroquina causou a internação de diversos pacientes com lúpus. O médico João Alho, reumatologista, afirmou que, em 4 de junho de 2020, tinha mais de cinco pacientes internados em estado grave com lúpus no município de Santarém, no estado do Pará, sendo a média de internação de 20 dias. Isso foi consequência da falta de medicamentos nas farmácias, causada pela corrida desenfreada estimulada pelo governo federal e pela disseminação de Fake News (Fernandes 2020).

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) emitiu um alerta sobre o uso de cloroquina e hidroxicloroquina no suposto tratamento contra a COVID-19, informando que não havia comprovação científica de sua eficácia e que pesquisadores e cientistas estavam em uma corrida contra o tempo para desenvolver vacinas eficazes para o combate ao vírus.

Esse cenário evidencia como a pós-verdade está presente nos dias atuais. Logo após as declarações do Presidente, diversas pessoas o seguiram cegamente, sem ao menos parar por um momento para pesquisar e verificar a veracidade das informações divulgadas. Vale ressaltar que a pesquisa sobre a eficácia dos medicamentos não exigiria grandes esforços, já que diversos órgãos, incluindo a própria ANVISA, já haviam se pronunciado oficialmente, alertando que não existia comprovação científica sobre a utilização desses medicamentos no tratamento contra a COVID-19.

No entanto, não apenas medicamentos sem comprovação científica foram alvo da desinformação. Um dos aspectos mais afetados até os dias atuais é a vacinação contra a COVID-19. Centenas de pessoas ainda se recusam a tomar a vacina, consequência direta das declarações do mandatário do país em 2020. Na época, o Presidente afirmou a jornalistas que não tomaria a vacina, declarando: “Se você virar um jacaré, é problema seu.” A declaração ocorreu após a empresa Pfizer afirmar que não se responsabilizaria por eventuais efeitos colaterais da vacina. Em outra entrevista, o Presidente reforçou sua posição ao afirmar: “A questão da Pfizer: no contrato estava escrito ‘não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral’. A Pfizer não apresentou quais seriam os possíveis efeitos colaterais. Eu usei uma figura de linguagem: jacaré” (Werneck 2022).

A linguagem adotada reforça o sentido negativo da vacinação. Expressões e figuras de linguagem são instrumentos culturais da pós-modernidade, e seu uso pode influenciar significativamente a percepção pública. Um discurso, uma figura de linguagem ou sinais contrários aos fatos objetivos podem criar uma semiótica da realidade, convencendo aqueles que não possuem um pensamento crítico ou contestador.

A indeterminação e a confusão terminológicas acerca de um ponto metodológico tão central no pensamento lingüístico resultam de um menosprezo total pelo que é a *unidade real* da comunicação verbal: *o enunciado*. A fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma. Quaisquer que sejam o volume, o conteúdo, a composição, os enunciados sempre possuem, como unidades da comunicação verbal, características estruturais que lhes são comuns, e, acima de tudo, *fronteiras* claramente delimitadas. (Bakhtin 1997, p. 293)

Assim, o discurso é sempre estruturado para transmitir intenção e ser compreendido de forma específica, fundamental para a manipulação da consciência pela pós-verdade consolidando como uma verdade absoluta, uma vez que, o discurso político tem em seu objetivo persuadir e direcionar a opinião pública em favor do espectro ideológico do qual o ex-presidente Bolsonaro se posiciona. Muitas pessoas decidiram não tomar a vacina ou passaram a escolher qual imunizante queriam receber, baseando-se em falas e notícias disseminadas nas redes sociais. Como consequência, em diversos casos, indivíduos que recusaram a vacina vieram a óbito. Segundo pesquisa do Instituto Butantan, publicada em 4 de abril de 2022, os impactos da desinformação sobre a vacinação continuaram afetando a saúde pública.

Foram incluídos no estudo dados de 59.853 casos confirmados de COVID-19 e 1.687 mortes pela doença, reportados entre janeiro e outubro de 2021. Dos óbitos registrados, 1.269 foram em indivíduos não vacinados. Já entre os casos confirmados, 48.217 foram em pessoas que não tomaram a vacina, 7.207 em

indivíduos parcialmente imunizados e 4.429 em pessoas com esquema vacinal completo. Dos vacinados que foram infectados, 54% tinham mais de 60 anos. (Instituto Butantan 2022)

Os dados acima contradizem as falas do ex-mandatário, que afirmou: “É muita fantasia”, “não é isso tudo que a grande mídia propaga”, “idiotas que ficam hoje em casa”. Após essas declarações, o Brasil atingiu a marca de 320 mil óbitos e, ainda assim, o ex-presidente requisitou que a população deixasse de “frescuras” e de “mimimi” em relação à doença, chegando a questionar, em encontros com seus apoiadores no chamado “cercadinho do Alvorada”, até quando as pessoas continuariam chorando.

Trata-se de um discurso carregado de dureza e repleto de significados, pois busca atribuir à parcela da sociedade que contestava as medidas tomadas pelo governo uma roupagem de fraqueza humana. Esse discurso dá às críticas um tom de sensibilidade excessiva, insinuando que tais manifestações teriam o propósito de comover, desestabilizar a condução do país e, de certa forma, classificar os contestadores como fracos e não comprometidos com o progresso nacional. Além disso, o discurso coloca essas pessoas como opositoras da liberdade, especialmente da liberdade de ir e vir.

Um documento do setor de inteligência da ABIN, datado de 2 de fevereiro de 2021, já alertava que a variante P.1 era mais agressiva e poderia vitimar um maior número de pessoas em menos tempo. O relatório afirmava: “(...) no entanto, por apresentar maior transmissibilidade, a nova variante aumenta o risco de colapso do sistema de saúde, levando a um maior número de óbitos relacionados” (Vargas 2023). Apesar dos cenários traçados pelos órgãos de inteligência do Planalto apontarem para o caos e um desastre social iminente, o governo federal manteve seu posicionamento negacionista. Como consequência, ao fim de 2020, foram registradas aproximadamente 194.950 mortes; em 2021, o número subiu para 424.110; e em 2022, chegou a 74.800 mortes. Mortes que, em grande parte, poderiam ter sido evitadas caso o Estado brasileiro tivesse adotado medidas mais eficazes de proteção e enfrentamento da pandemia.

As fake news se tornaram um problema institucional a ser combatido, pois alienam, fragmentam a realidade, descaracterizam os fatos e criam uma pós-verdade baseada no senso comum. Além disso, possuem um forte potencial de influência e captura das consciências, contribuindo para a formação de uma sociedade cada vez mais alienada e violenta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 evidenciou o impacto das fake news e da pós-verdade na gestão da crise sanitária no Brasil. A disseminação de desinformação, aliada à politização das diretrizes de saúde pública, comprometeu a adoção de medidas eficazes e aprofundou a crise sanitária. O governo federal, ao negligenciar as recomendações científicas e propagar informações sem embasamento técnico, contribuiu para a desconfiança na ciência e nas instituições, dificultando a adesão da população às estratégias de contenção do vírus. Esse cenário agravou os índices de contágio e mortalidade, tornando a crise ainda mais devastadora.

A relação entre fake news e pós-verdade revelou uma dinâmica perigosa: a propagação de informações falsas, impulsionada por discursos políticos, moldou a percepção pública com base em emoções e crenças, em detrimento dos fatos. Esse fenômeno não apenas comprometeu a resposta à pandemia, mas também consolidou um ambiente de desinformação que persiste e ameaça a gestão de futuras crises sanitárias. A captura do imaginário social pela desinformação demonstrou como a ausência de políticas públicas eficazes e a fragilidade na comunicação institucional podem gerar consequências severas para a sociedade.

Diante desse contexto, o combate à desinformação deve ser uma prioridade estatal e social. É essencial fortalecer a regulação das plataformas digitais, promover a educação midiática e incentivar a checagem de informações por meio de fontes confiáveis. A transparência governamental e a valorização da ciência devem ser princípios fundamentais na formulação de políticas públicas, garantindo que a verdade prevaleça sobre narrativas ideológicas manipuladoras. Somente por meio de um esforço coletivo será possível mitigar os impactos da pós-verdade e proteger a democracia informacional contra os efeitos nocivos das fake news. O combate à desinformação, a regulação do ambiente digital e a resistência ao avanço da extrema-direita se mostram medidas cruciais para a preservação da democracia e a defesa do direito à informação verídica e acessível.

Referências

- Agência Estado, 2020. Com aumento de mortes por coronavírus, corpos são enterrados em valas comuns em Manaus. *Jornal Online O Popular* [online], abril 28. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/com-aumento-de-mortes-por-coronavirus-corpos-s-o-enterrados-em-valas-comuns-em-manaus-1.2043434>
- Agência Senado, 2021. Desinformação e fake news são entraves no combate à pandemia, aponta debate. *Senado Notícias* [online], julho 5. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/05/desinformacao-e-fake-news-sao-entreve-no-combate-a-pandemia-aponta-debate>
- Allcott, H., e Gentzkow, M., 2017. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives* [online], 31(2), 211–236. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>
- Bakhtin, M.M., 1997. *Estética da criação verbal*. Trad.: M.E.G.G. Pereira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, M.M., 2003. *Problemas de la poética de Dostoievski*. Trad.: T. Bubnova. 2ª ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Barros, A., 2020. *Desemprego atinge 14 milhões de pessoas na quarta semana de setembro* [online]. Outubro 16. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Seção PNAD COVID-19. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

[noticias/noticias/29181-desemprego-atinge-14-milhoes-de-pessoas-na-quarta-semana-de-setembro](#)

- Calil, G.G., 2021. A negação da pandemia: reflexão sobre a estratégia bolsonarista. *Serviço Social e Sociedade* [online], 140(jan.-abr.) Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.236>
- Coconi, B.P., Marin, C., e Kruse, T., 2021. Eventos de Bolsonaro durante a pandemia. *Estadão* [online], junho 6. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/politica/2021/06/deslocamentos-jair-bolsonaro-pandemia/>
- Fernandes, N., 2020. Falta de cloroquina causa internação de pacientes com lúpus. *Portal R7* [online], junho 4. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/falta-de-cloroquina-causa-internacao-de-pacientes-com-lupus-29062022>
- Ferrari, P., 2017. Fake news, pós-verdade e o consumo de informações. *Anais do XXVI Encontro Anual da COMPÓS* [online]. 26^a ed. Faculdade Cásper Líbero. Disponível em: www.compos.org.br/anais_encontros.php
- Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2021. Falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021. Março 4. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. *Informe ENSP* [online]. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926>
- G1 Globo, 2020a. Em Manaus, a média de mortes por dia quadruplicou desde o início da pandemia. *G1 Globo* [online], abril 29. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/29/em-manaus-a-media-de-mortes-por-dia-quadruplicou-desde-o-inicio-da-pandemia.ghtml>
- G1 Globo, 2020b. Ministério da Saúde determina cancelamento de cruzeiros turísticos no país. *G1 Globo* [online], março 13. Disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2020/03/13/ministerio-da-saude-determina-cancelamento-de-cruzeiros-turisticos-no-pais.ghtml>
- Galhardi, C.P., et al., 2020. Fato ou fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da COVID-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], 25(2), 4201-4210. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28922020>
- Gazel, A.S., e Cruz, V., 2022. Crise no Amazonas completa um ano com impunidade e incerteza causada pela ômicron. *G1 Amazonas* [online], janeiro 14. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/01/14/crise-do-oxigenio-no-amazonas-completa-um-ano-com-impunidade-e-incerteza-causada-pela-omicron.ghtml>
- Instituto Butantan, 2022. Não vacinados representam 75% das mortes por COVID-19, diz estudo brasileiro. *Portal do Butantan* [online], março 4. Disponível em:

<https://butantan.gov.br/noticias/nao-vacinados-representam-75-das-mortes-por-covid-19-diz-estudo-brasileiro>

- Jucà, B., 2020. Chip na vacina, “virar jacaré” e outros mitos criam pandemia de desinformação na luta contra a COVID-19. *El País* [online], dezembro 21. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-20/chip-na-vacina-virar-jacare-e-outros-mitos-criam-pandemia-de-desinformacao-na-luta-contr-a-covid-19.html>
- Lindner, J., 2020. ‘Há quem trabalha com critérios políticos’, diz Mandetta após ser excluído de reunião com Bolsonaro. *Estadão* [online], abril 2. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/ha-quem-trabalha-com-criterios-politicos-diz-mandetta-apos-ser-excluido-de-reuniao-com-bolsonaro/>
- Luíz, W., 2021. Famosos se mobilizam para ajudar hospitais do Amazonas. *CNN Brasil* [online], junho 26. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/famosos-se-mobilizam-para-ajudar-hospitais-do-amazonas/>
- Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde, 2020a. *CNS recomenda ao Ministério da Saúde plano de abastecimento de cloroquina para pacientes com doenças crônicas e patologias* [online]. Agosto 20. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/agosto/cns-recomenda-ao-ministerio-da-saude-plano-de-abastecimento-de-cloroquina-para-pacientes-com-doencas-cronicas-e-patologias>
- Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde, 2020b. *Nota pública: CNS alerta sobre os riscos do uso de cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento da COVID-19* [online]. Maio 21. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/maio/nota-publica-cns-alerta-sobre-os-riscos-do-uso-da-cloroquina-e-hidroxicloroquina-no-tratamento-da-covid-19>
- Oliveira, C.C. de., e Almeida, C.C. de, 2021. *Informação, pós-verdade e fake news: estratégias para combater as notícias falsas* [online]. XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP. Disponível em: <https://prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2021P19100A36553O5738.pdf>
- Pontes, F., 2023. Juiz condena defensores de kit covid a pagar R\$ 55 mil em indenização. *Agência Brasil* [online], maio 26. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-05/juiz-condena-defensores-de-kit-covid-pagar-r-55-mi-em-indenizacao>
- Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social, 2023. *Trágica história no Guarujá é retratada em novo episódio da campanha Brasil contra Fake* [online]. Março 29. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/03/tragica-historia-no-guaruja-e-retratada-em-novo-episodio-da-campanha-brasil-contr-a-fake>

- Projeto Comprova, 2020. Vacina do coronavírus não terá microchip para rastrear a população. *Estadão* [online], abril 6. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/vacina-do-coronavirus-nao-tera-microchip-para-rastrear-a-populacao/>
- Redação Estadão, 2021. Maricas, histeria, não sou covheiro: lembre frases de Bolsonaro sobre a COVID-19. *Estadão* [online], novembro 11. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/maricas-histeria-nao-sou-coveiro-relembre-frases-de-bolsonaro-sobre-a-covid-19/>
- Ribeiro, E., 2022. Falta cloroquina para tratamento de malária em aldeias indígenas. *Amazônia Real* [online], julho 21. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/falta-cloroquina/>
- Sampaio, C., 2020. 2020: o ano em que Bolsonaro escancarou seu projeto de governo. *Brasil de Fato* [online], dezembro 26. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/26/2020-o-ano-em-que-bolsonaro-escancarou-seu-projeto-de-governo>
- Sandenberg, L.F., e Buogo, S., 2022. OMS estima que pandemia causou morte de 14,9 milhões de pessoas. *Nações Unidas Brasil* [online], maio 6. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/180735-oms-estima-que-pandemia-causou-morte-de-149-milh%C3%B5es-de-pessoas>
- Sandes, A., 2020. Bolsonaro esteve, em média, em uma aglomeração por dia durante a pandemia. *UOL* [online], maio 17. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/17/bolsonaro-esteve-em-media-em-uma-aglomeracao-por-dia-durante-a-pandemia.htm>
- Santos, R.R.O., 2018. *Fake news como produto da pós-verdade* [online]. Observatório da Imprensa, julho 17. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/comunicacao-social/fake-news-como-produto-da-pos-verdade/>
- Superior Tribunal de Justiça (STJ), 2021. *Governador do Amazonas vira réu no STJ por fraude na compra de respiradores. Decisão* [online]. Setembro 20. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/20092021-Governador-do-Amazonas-vira-reu-no-STJ-por-fraude-na-compra-de-respiradores.aspx>
- Supremo Tribunal Federal (STF), 2021. *Lewandowski determina abertura de inquérito policial contra Eduardo Pazuelo* [online]. Janeiro 25. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=459207&ori=1>
- UOL, 2021. Voluntário de ONG desviou 60 cilindros de oxigênio em Manaus. *UOL* [online], abril 4. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/04/04/voluntario-de-ong-desviou-60-cilindros-de-oxigenio-em-manaus.htm>

- Valente, J., 2020. Mandetta anuncia saída do Ministério da Saúde. *Agência Brasil* [online], abril 16. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/mandetta-anuncia-saida-do-ministerio-da-saude>
- Vargas, M., 2023. Planalto sob Bolsonaro escondeu projeção de casos e mortes na pandemia. *Folha de São Paulo* [online], julho 28. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/07/planalto-sob-bolsonaro-escondeu-projecoes-de-casos-e-mortes-na-pandemia.shtml>
- Werneck, N., 2022. Bolsonaro no JN sobre virar jacaré com vacina: ‘Parte da língua portuguesa’. *Correio Braziliense* [online], agosto 23. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5031297-bolsonaro-no-jn-sobre-virar-jacare-com-vacina-parte-da-lingua-portuguesa.html>